

O CONCEITO DE DEMOCRACIA EM GIORGIO AGAMBEN E SLAVOJ ŽIŽEK

Felipe Onisto – felipe@unc.br

Mestre em Desenvolvimento Regional. Professor de Graduação da Universidade do Contestado – UnC.

Sandro Luiz Bazzanella – sandro@unc.br

Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Graduação da Universidade do Contestado – UnC.

RESUMO: O artigo possui como temática central o conceito de democracia nas filosofias políticas de Slavoj Žižek e Giorgio Agamben. Os diagnósticos apresentados foram possíveis diante das pesquisas originadas pela problemática: Qual a concepção de democracia na filosofia política de Slavoj Žižek e Giorgio Agamben? O objetivo geral do texto é: identificar o conceito de democracia na filosofia política de Slavoj Žižek e de Giorgio Agamben. Os resultados alcançados nas pesquisas foram possíveis pelas revisões bibliográficas. A base de dados se estrutura com a dinâmica primária, tendo abordagem qualitativa, histórica e filosófica, visto que se trata de uma pesquisa conceitual, incompatível com afirmações numéricas. Como corrente filosófica de pesquisa foi utilizado o Materialismo Histórico Dialético para as investigações acerca do pensamento de Žižek e a Arqueologia e Genealogia para investigações do percurso conceitual de Agamben. A pesquisa revela um diagnóstico crítico diante da noção de democracia na contemporaneidade. Os governos que se anunciam democráticos são ilegítimos e desvinculados de quaisquer práticas de democracia, simplesmente pela antinomia em relação as necessidades e anseios de indivíduos e populações. A democracia é neste contexto concebida como técnica de governo, como discurso de legitimação a serviço das garantias contratuais exigidas pela dinâmica da economia financeirizada global.

PALAVRAS-CHAVE: Economia. Política. Filosofia. Sociologia.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute o conceito de democracia nas filosofias políticas de Slavoj Žižek (1949...) e Giorgio Agamben (1949...). Procura apontar as concepções dos pensadores com o intuito de compreender a dinâmica política contemporânea. Tais perspectivas analíticas nos desafiam a pensar o que atualmente se denomina como democracia.

Sob tais pressupostos, colocar em jogo a definição de democracia em Žižek e Agamben na contemporaneidade requer discutir os postulados políticos, éticos e, principalmente, a lógica econômica em curso. Ao investigar as estruturas políticas ocidentais, fica evidente num primeiro momento o rompimento com a concepção clássica de democracia. Por outro lado, a profusão de discursos em defesa e em nome da democracia atesta os limites teóricos e institucionais que a tomam como pressuposto para sua legitimação. Giorgio Agamben, em suas investigações e análises, aponta que os políticos que anunciam seus governos como democráticos não sabem do

que falam. A democracia adquire o significado de reino das necessidades onde todos devem participar, mesmo não compreendendo suficientemente o que tal condição significa. Se na condição grega os cidadãos eram reconhecidos pela disponibilidade política de pensar e debater as questões que conformavam a Pólis, hoje a democracia os elege como cidadãos consumidores potencialmente individualizados, como legitimadores de práticas governamentais pretensamente democráticas. A esfera pública foi trocada pela satisfação subjetiva, pelo fetichismo da mercadoria.

Por seu turno e sob a condição da política e da democracia contemporânea, Slavoj Žižek aponta críticas sobre a legitimidade das anunciadas práticas democráticas, bem como as interliga com os imperativos econômicos de um segmento social. Para Žižek, o desafio do presente é pensar o universalismo político como mote das organizações de interesses coletivos. Sob o horizonte marxista e da psicanálise de origem lacaniana, o filósofo esloveno relaciona a democracia como imanente à égide do mercado liberal, no qual o que importa é a participação na produção do desejo e por necessária extensão do consumo.

Žižek e Agamben possuem estilos literários e investigativos distintos. Agamben apoiado no método arqueológico, genealógico e paradigmático. É rigoroso com o trato conceitual em seus fundamentos semânticos que perpassam a tradição civilizatória ocidental. Žižek em seu trabalho conceitual recorre às metáforas ou exemplos práticos para sustentar argumentos. Em Agamben, para a análise da democracia fez-se uma opção pelas obras publicadas a partir de meados dos anos 90, marcadas pelas análises jurídicas, políticas e econômicas constitutivas do Ocidente. Assim, as obras do primeiro período das reflexões de Agamben, marcadamente vinculadas às questões da estética não foram alvos das pesquisas, mesmo reconhecendo os apontamentos de alguns de seus estudiosos que insinuam que em tais obras já se encontravam traços de sua filosofia política. Tal condição não significa considerá-las de menor importância, mas é a partir da tetralogia *Sacer*¹ que se presencia a intensidade de sua filosofia política.

Quanto ao arcabouço teórico de Žižek é preciso ter presente que a psicanálise de Jacques Lacan (1901-1981) influencia a composição de sua obra, e em Hegel encontra o ponto de partida para uma revisão do marxismo, da teoria crítica. Nesta direção, há uma riqueza nas obras e escritos de Žižek, na medida em que toma como referência os escritos de Lacan para compreender, ou situar o sujeito incômodo do presente. Nesse mesmo limiar, é preciso destacar que Agamben e Žižek são filósofos vivos e atuantes. Assim, o presente artigo não visa esgotar os debates, ou

¹ Composta pelos livros: 1. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*. 2. *Estado de Exceção (Homo Sacer II.1)*. 3. *Que Resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III)*. 4. *O Reino e a Glória: por uma genealogia teológica da economia e do governo (Homo Sacer II.2)*.

apresentar a totalidade da filosofia política dos referidos pensadores, mas, contribuir com análises possíveis.

2 DEMOCRACIA ESPETACULARIZADA EM GIORGIO AGAMBEN

A concepção comum sobre democracia reverbera o povo no governo. Sob outra vertente analítica, significa a ditadura dos interesses da maioria a contragosto da minoria. Giorgio Agamben aponta que essas definições são obscuras e dualistas. Ou seja, em nada se aproximam da democracia em sua gênese na Grécia Antiga. Assim, os cidadãos produtores e consumidores das sociedades contemporâneas não sabem do que estão falando quando afirmam que vivem em sociedades democráticas. Assim, é preciso questionar, por que anunciam a tutela da democracia?

É precisamente esse fator que hoje está se revertendo de modo progressivo: trata-se de um processo de despolitização. Antes limiar da politização ativa e irreduzível, a cidadania se tornou uma condição puramente passiva, em que a ação ou a inação, o público e o privado se desvanecem e se confundem. O que se concretizava por uma atividade cotidiana e uma forma de vida se limita hoje a um estatuto jurídico e ao exercício de um direito de voto cada vez mais parecido com uma pesquisa de opinião (AGAMBEN, 2014, p.1).

Amparados na ideia de democracia e, por consequência de liberdade, os indivíduos pertencentes ou vinculados aos Estados nações se sentem legitimados para externalizar opiniões sobre aspectos políticos, econômicos, jurídicos e sociais. Tal condição se apresenta como atomização dos sujeitos e podem ser verificadas nas conversas cotidianas, nas redes sociais, em entrevistas de especialistas em meios de comunicação de massa, ou mesmo no exercício tutelado e periódico do voto. Os cidadãos falam, às avessas ouvem dos representantes do poder soberano que a base social é indispensável para a ordem democrática e é a partir dela que se sustentam os interesses sociais. Nisso reside à ideologia em estado puro, falam, mas não serão ouvidos, é apenas a expressão do simulacro da representação política. Nessa direção, Agamben aponta que o que se concebe como democracia é apenas a vontade do soberano travestida de compromisso social. A democracia para o filósofo italiano apresenta-se como técnica de governo que zela pela manutenção e controle social em função das garantias exigidas pelo capital financeirizado.

Assim, o Estado enquanto poder soberano é a agência que garante a administrabilidade da égide do capital, independente dos franquizados. Neste contexto posicionamentos e discursos que questionarem a ordem política, econômica e jurídica em curso são acusados de antidemocráticos. Identificados como inimigos são ridicularizados, senão conformados à insignificância política, rotulados como traidores dos interesses coletivos. Ou seja, sob a égide dos discursos de garantias da democracia residem as práticas fundamentalistas da racionalidade financeirizada global.

Retome-se o argumento acima apresentado, de que segundo Agamben, falta uma terminologia para se delimitar o que se concebe como democracia nos Estados modernos, visto que não se vincula com sua gênese da Grécia Antiga. “Não podemos usar a democracia como novo paradigma, se não dissermos o que é hoje a democracia. Se quisermos propugnar a Democracia, devemos pensar algo que não tenha relação alguma com aquilo que hoje se chama Democracia” (AGAMBEN, 2014, p.1). Sob essa possibilidade, o filósofo italiano convida a pensar os arquétipos hodiernos. Em primeiro momento, é perceptível que as decisões da esfera pública são outorgadas a políticos de carreira e asseguradas pelos estatutos jurídicos, de modo que a condição política em curso esvaiu o sentido da vontade popular, bem como o livre exercício de pensar a cidade, a comunidade, o país. Em tempos de hegemonia do capital financeirizado, a potencialidade política se reduz à representatividade institucional com a prerrogativa de atender os interesses de determinados setores sociais e econômicos.

Ou seja, o que está em jogo é a compreensão de como a democracia contemporânea se tornou uma técnica de governo articulada à lógica econômica, jurídica e política em andamento. Sob os pressupostos de uma economia que opera em tempo integral sob a conexão do débito e do crédito, constata-se que a vontade soberana do capital capturou a individualidade produtiva e consumidora e a conforma como a forma de vida contemporânea. O reino das necessidades privadas assumiu o núcleo das relações sociais. Nesse postulado, compete ao governo, no exercício do poder soberano, administrar a vida tomada em sua dimensão meramente produtiva e consumidora. Destarte, a democracia torna-se técnica de governo que legitima o controle social e pode, assim, reproduzir com eficácia o arquétipo transcendental do capital. Sob tais pressupostos, um novo elemento surge potencializado para manutenção desta dinâmica do capital, trata-se da segurança. Segurança significa vigilância, domínio, rastreamento, crescimento do estatuto jurídico e da exceção, intensificação da violência de Estado, cerceamento da organização social e criminalização dos movimentos sociais.

Poderíamos pensar que o objetivo das políticas de segurança seja simplesmente prevenir os perigos, os problemas ou mesmo as catástrofes. A genealogia remonta a origem do conceito ao provérbio romano “*Salus publica suprema lex*” – “A salvação do povo é a lei suprema” – e, assim, a inscreve no paradigma do estado de exceção. Pensemos no *senatus consultum ultimum* e na ditadura em Roma; no princípio do direito canônico, segundo o qual “*necessitas legem non habet*” (“necessidade não tem lei”); nos Comitês de Salvação Pública durante a Revolução Francesa; ou ainda no artigo 48 da Constituição de Weimar (1919), fundamento jurídico do regime nacional socialista, que igualmente mencionava a “segurança pública” (AGAMBEN, 2014, p. 1).

Nesse sintagma, as medidas protetivas anunciadas como imprescindíveis para segurança, surgem como máximas que garantirão a democracia e a liberdade. Outrossim, há que se reconhecer que a interferência do poder soberano reduz a liberdade e estabelece o Estado policalesco, imperativo da exceção que concebe os indivíduos como potenciais suspeitos. O Estado de segurança, enquanto regra regulatória esta em curso em tempo integral diante das possibilidades de movimentos e, ou situações sociais que podem comprometer a harmonia política, econômica, jurídica. Assim, as medidas excepcionais tornam-se regra, práticas cotidianas dos governos pelo mundo. “O Estado em que vivemos hoje na Europa não é um Estado de disciplina, mas – segundo a expressão de Gilles Deleuze – um “Estado de controle”: ele não tem por objetivo ordenar e disciplinar, mas gerir e controlar” (AGAMBEN, 2014, p. 1). Os dispositivos que outrora eram utilizados como identidades sociais agora servem como arcabouço de vigilância e, na medida em que a vida dos indivíduos passa a ser objeto de controle, governos infiltram-se para banir os inimigos.

Ao se colocar sob o signo da segurança, o Estado moderno deixa o domínio da política para entrar numa *no man's land* em que mal se percebem a geografia e as fronteiras e para a qual nos falta conceituação. Esse Estado, cujo nome remete etimologicamente a uma ausência de preocupação (*securus: sine cura*), nos deixa ainda mais preocupados com os perigos a que ele expõe a democracia, já que a via política se tornou impossível; pois democracia e vida política são – ao menos em nossa tradição – sinônimos (AGAMBEN, 2014, p. 1).

Assim, o Estado moderno é esvaziado em seus pressupostos de racionalidade máxima constitutivos, o poder constituído não representa o constituinte². Tão logo se denota a “democracia como mera técnica de administração que se baseia em pesquisas de opinião, nas eleições, na manipulação da opinião pública, na gestão dos meios de comunicação de massa etc” (AGAMBEN, 2014, p. 1). Sob tais conjecturas, é possível questionar: países e sociedades que se anunciam democráticas, sabem do que falam?

Discursos cotidianos reverberam a democracia, contudo são ambíguos e obscuros. Em outras palavras, anuncia-se corriqueiramente o respeito pela democracia e suas leis como algo consolidado, tipificado e de seguridade para fala aberta a ser respeitada. Trata-se das análises de

² “Os poderes e as instituições não estão hoje deslegitimados porque caíram na ilegalidade; ao invés, o contrário é verdade, ou seja, que a ilegalidade é tão difundida e generalizada porque os poderes perderam toda consciência da sua legitimidade. Por isso, é inútil acreditar que se possa enfrentar a crise das nossas sociedades por meio da ação – certamente necessária – do poder judiciário: uma crise que investe contra a legitimidade não pode ser resolvida apenas no plano do direito. A hipertrofia do direito, que pretende legislar sobre tudo, ao invés, trai, através de um excesso de legalidade formal, a perda de toda legitimidade substancial. A tentativa da modernidade de fazer coincidir legalidade e legitimidade, buscando assegurar através do direito positivo a legitimidade de um poder, é, como fica claro pelo irrefreável processo de decadência em que as nossas instituições democráticas entraram, totalmente insuficiente” (AGAMBEN, 2015, p.1).

especialistas de plantão que procuram justificar as acontecimentos políticos, econômicos e jurídicos.

Reitere-se o argumento de que esse diagnóstico conflita com a concepção clássica grega de democracia. Na democracia ateniense do mundo Antigo concebia-se o espaço público como condição da qualificação da vida do cidadão. A democracia se qualificava a partir do debate político em torno dos interesses da Pólis. Questões e decisões não se apresentavam definidas a partir das deliberações do governante, caso contrário implicaria nos limites da política, que não era outra coisa senão a presunção do debate e urgência do contraditório. Atualmente, a democracia é estabelecida como espetáculo. Os meios de comunicação entrevistam transeuntes e solicitam exames, diagnósticos ou opiniões sobre as interações sociais no país.

Se algo caracteriza, portanto, a democracia moderna em relação à clássica, é que ela se apresenta desde o início como uma reivindicação e uma liberação da *zōē*, que ela procura constantemente transformar a mesma vida nua em forma de vida e de encontrar, por assim dizer, a *bíos* da *zōē*. Daí, também, a sua específica aporia, que consiste em querer colocar em jogo a liberdade e a felicidade dos homens no próprio ponto – a “vida nua” – que indicava a sua submissão. Por trás do longo processo antagonístico que leva ao reconhecimento dos direitos e das liberdades formais está, ainda uma vez, o corpo do homem sacro com o seu duplo soberano, sua vida insuscetível e, porém, matável. Tomar consciência dessa aporia não significa desvalorizar as conquistas e as dificuldades da democracia, mas tentar de uma vez por todas compreender por que, justamente no instante em que parecia haver definitivamente triunfado sobre seus adversários e atingido o apogeu, ela se revelou inesperadamente incapaz de salvar de uma ruína sem precedentes aquela *zōē* a cuja liberação e felicidade havia dedicado todos seus esforços. A decadência da democracia moderna e o seu progressivo convergir com os estados totalitários nas sociedades pós-democráticas espetaculares têm, talvez, sua raiz nessa aporia que marca seu início e que a cinge em secreta cumplicidade com o seu inimigo mais aguerrido (AGAMBEN, 2002, p. 17 – 18).

Sob tais pressupostos, Agamben demonstra que toda política no ocidente é sinônimo de biopolítica. Logo, a vida biológica é objeto das tomadas de decisões do poder soberano, vide as experiências totalitárias do nazismo e do fascismo no tocante ao “fazer viver, ou deixar morrer”. Assim, a vida biológica sempre foi objeto da política, e mais especificamente na modernidade é capturada e deliberada pelas instâncias que governam o Estado, sendo os campos de concentração da Segunda Guerra Mundial o ápice do espetáculo que reduziu o homem pelo desnudamento³. É

³ “formas de vida” alternativas aos dispositivos biopolíticos de controle social atualmente hegemônicos. A economia política capitalista dominante e o direito como dispositivo de captura da vida se impõem de forma tão absoluta que conseguem assimilar as diferenças e normatizar as divergências numa espécie de totalidade única impedindo a percepção de uma exterioridade ao sistema. Todas as formas de governo, assim como os diferentes projetos que se propõem atualmente como alternativas, terminam sendo engolidos por uma lógica maior, qual seja, a governamentalização da vida na racionalidade *oikonomica*, e pela espetacularização das democracias reduzidas a uma espécie de liturgia da glorificação dos governantes. Agamben pensa a possibilidade de criar aberturas para a biopolítica

esse fenômeno que se tornou regra. Na urgência dos fatos o filósofo italiano urge na tentativa de compreender o campo de concentração como paradigma contemporâneo.

Agamben chama atenção para um ponto nevrálgico, ou seja, o que se entende por democracia hoje é o modo pelo qual o Estado opera a partir da categoria de vida nua. Nesta direção, aponta que os fazeres dos campos de concentração nazistas se tornaram o paradigma político atual. Linhas tênues separam as operacionalidades, hoje não se vislumbram as cercas de arame farpado como retenção de um mundo próprio composto como fado. Ao contrário, o poder soberano outorgado pela lógica da economia financeirizada impõem um modo de subjetividade que circunscreve o indivíduo a produtor e consumidor sem que tenha a capacidade de perceber⁴ tal condição político-existencial. Trata-se do processo de socialização que incute um destino aos humanos aprisionados pelo liberalismo econômico. Nesse sintagma, Agamben recorre a Guy Debord (1931-1994), “a análise mais lúcida e severa das misérias e da servidão de uma sociedade – a do espetáculo, na qual vivemos – que estende hoje seu domínio sobre todo planeta” (2015, p. 71).

As sociedades democráticas espetacularizadas implicam na unificação do modo de produção e nos pressupostos do utilitarismo no que tange as relações dos seres humanos consigo mesmos, com a natureza, com o mundo. Enfim, com uma visão de mundo que confere sentido e finalidade à vida diante do acesso ao consumo e ao crédito. Nesse contexto reside o controle das relações sociais originárias das imagens massificadas, criação econômica que promove as demandas e conseqüentemente os desejos populacionais. Logo, os contatos entre os humanos se constituem a partir do acesso aos produtos e serviços elencados pelo fetichismo da mercadoria, enquanto moda a ser seguida. Esse vórtice não tolera contensão e pormenoriza o humano à servidão que não reconhece redenção. Contudo:

O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura. Nos lugares menos industrializados, seu reino já está presente em algumas mercadorias célebres e sob a forma de dominação imperialista pelas zonas que lideram o desenvolvimento da produtividade. Nessas zonas avançadas, o espaço social é invadido pela superposição contínua das camadas geológicas de mercadorias. Nesse ponto da “segunda revolução industrial”, o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada. *Todo trabalho vendido*

atual através de novas formas de vida que não se submetam às práticas governamentais existentes” (JUNGES, GALLAS, 2014, p. 60).

⁴ “O espetáculo domina os homens vivos quando a economia já os dominou totalmente. Ele nada é que a economia desenvolvendo-se por si mesma. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores” (DEBORD, 1997, p. 17 – 18).

de uma sociedade se torna globalmente *a mercadoria total*, cujo ciclo deve prosseguir. Para conseguir isso, é preciso que essa mercadoria retorne fragmentadamente ao indivíduo fragmentado, absolutamente separado das forças produtivas que operam como um conjunto. Nesse ponto, a ciência da dominação tem que se especializar: ela se estilhaça em sociologia, psicotécnica, cibernética, semiologia etc., e controla a autorregulação de todos os níveis do processo (DEBORD, 1997, p. 30-31).

Assim, o que se entende por democracia vincula-se aos imperativos do consumo como sentido e finalidade a vida individual e social. “É uma visão de mundo que se objetivou” (DEBORD, 1997, p. 14). Os discursos remetem à homogeneização, e é este entre outros fatores que caracterizam uma sociedade democrática espetacularizada, sob os imperativos de controle e segurança emanados do poder soberano. Sendo assim, a política, a economia e o direito vinculam-se aos interesses hegemônicos globais advindos da lógica financeirizada.

Nessa lógica, uma vez mais a democracia necessita ser compreendida como técnica de governo que se impõe sobre indivíduos e populações. Como técnica que assegura o acesso ao show devocional que se multiplica exponencialmente por meio das redes virtuais. Participar da plena produção e consumo nas sociedades contemporâneas se tornou sinônimo de cidadania e exercício da liberdade. Nesse espaço não reside o pensamento. Ou dito de outra forma, trata-se da despotencialização do humano como forma de vida singular. É a potencialização da vida em sua condição meramente biológica. Este diagnóstico permite compreender que os campos de concentração jamais pararam de se reproduzir.

Isso nos levará a olhar para o campo não com um fato histórico e uma anomalia pertencente ao passado (mesmo que, eventualmente, ainda verificável), mas, de algum modo, como a matriz oculta, o *nomos* do espaço político no qual ainda vivemos. Por isso, o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política se torna biopolítica e o *homo sacer* se confunde virtualmente com o cidadão (AGAMBEN, 2015, p. 41, 44).

Como *lócus* por excelência do exercício do poder soberano na administrabilidade da vida individual e social, o Estado delibera sobre os corpos⁵, bem como na condução coercitiva do que se deve conceber como mundo livre. Tão logo, não há constituição soberana do corpo político que tenha emergido da vontade popular e, que consiga por si só estabelecer o *logos* político pautado na

⁵ “O modelo de pensamento que hoje domina a política é o da governabilidade. Deve ficar claro, no entanto, que governar (o termo deriva do grego *kybernes*, o piloto de uma nave) não significa determinar despoticamente os eventos; ao contrário, trata-se de deixar que os eventos se produzam para depois orientá-los na direção mais oportuna. É neste sentido que hoje tudo pode ser governado, gerido e normalizado. Deriva daqui o primado da economia e do direito sobre a política: onde tudo é normalizado e tudo é governável, o espaço da política tende a desaparecer. A democracia tornou-se, assim, sinônimo de uma gestão radical da conceituação política: as guerras se tornam operações de polícia, a vontade popular uma sondagem de opinião, as escolhas políticas uma questão de gerenciamento, cujos modelos de referência são a casa e a empresa, e não a cidade” (AGAMBEN, 2008, p. 1).

lógica do cuidado com o espaço público e com a manutenção do bem comum. “Hoje a esmagadora dominação do governo e da economia sobre a soberania popular [...] tem sido progressivamente esvaziada de qualquer sentido” (AGAMBEN, 2011, p. 4). Nesta perspectiva de análise em relação à democracia como técnica de governo, as categorias de público e privado fundamentais para o trato político se apresentam sem formas definidas, ou mesmo se exibem como sinônimos.

Qualquer discussão do termo “democracia” hoje é distorcida por uma ambiguidade preliminar que condena aqueles que o usam ao mal-entendido. De que falamos quando falamos sobre democracia? A que forma de racionalidade esse termo pertence atualmente? Uma observação um pouco mais atenta mostraria que aqueles que discutem democracia hoje entendem por esse termo ora uma forma de constituição do corpo político, ora uma técnica de governo. O termo se refere, então, tanto à conceitualidade da lei pública quanto à prática administrativa: ele designa a forma de legalização do poder, bem como as modalidades de seu exercício. Como é óbvio para todo mundo que, no discurso político contemporâneo, esse termo está mais comumente relacionado a uma técnica de governo – que, como tal, não assegura especificamente nada a respeito dele – entende-se o mal-estar daqueles que, em completa boa fé, continuam a empregá-lo no primeiro sentido (AGAMBEN, 2011, p. 1).

Falar de democracia para Agamben, só faz sentido se refletir o âmbito público, concebido como espaço comum, não como algo que não é de ninguém, ou que foi apropriado pelos interesses individuais, ou corporativos. É o espaço que exige o debate qualificado em sua dimensão ontológica. O que se apresenta atualmente nas sociedades contemporâneas é o fato de que as mais diversas formas de governo não se atrevem a discussões estruturais com os cidadãos, requisito mínimo para pensar a dinâmica da política comum⁶. Agindo a partir de medidas provisórias e paliativas frente às fragilidades, políticas, econômicas e, sobretudo, sociais, assegura de maneira indireta o ordenamento imposto pela economia financeirizada. Sob tais pressupostos, não se trata de aliviar os problemas dos refugiados, de combater o terrorismo, ou de aportar recursos públicos para o investimento no social diante das crises do capitalismo.

Assim, em Agamben, talvez se possa apontar o desafio de conceber o humano como sujeito em sua condição iminente política e constitutiva do poder constituinte inserido em sua contemporaneidade. Ou seja, de desafiar-lo a desapaixionar-se do sistema que o aprisionou e convidá-lo a exercer a liberdade e a prática da comunidade que vem. Nos escritos, ou nas interpretações do filósofo italiano, não é possível vislumbrar abertamente uma proposta de

⁶ “Considero este ponto extremamente significativo: que os novos governos ou pelo menos os governos contemporâneos não querem governar enfrentando as causas, mas unicamente as consequências. Significativo porque isso é totalmente diferente da concepção tradicional que temos do poder – na perspectiva da concepção que Foucault tem de Estado soberano. Se a lógica do poder consiste em controlar apenas as consequências, e não as causas, há uma grande diferença” (AGAMBEN, 2014, p. 1).

sociedade. O fato implicaria na reprodução dos sistemas disponíveis pela tradição revolucionária moderna, conjuntamente com suas tragédias humanitárias. Logo, a política, a economia e o direito, bem como o pensamento, necessitam conceber o tempo como potencialidade do agora e não como planificação da democracia liberal, do socialismo, ou outras verdades políticas que se apresentam como solução das mazelas que acometem a ordem societária e institucional.

Acredito que, para entendermos o que estamos habituados a chamar de “situação política”, devemos levar em conta o fato de que a sociedade em que vivemos talvez já não seja uma sociedade política. Um fato como esse nos obriga a mudar completamente nossa semântica. Assim, tentei mostrar que, na Atenas do século V a.C., a democracia começa com uma politização do status de cidadão. O fato de alguém ser cidadão em Atenas é um modo ativo de vida. Hoje, em muitos países da Europa, assim como nos Estados Unidos, onde as pessoas não vão votar, o fato de ser cidadão é algo indiferente. Talvez na Grécia isso valha em menor medida, pois, pelo que sei, aqui ainda existe algo que se assemelha a uma vida política. Atualmente, o poder tende a uma despolitização do status de cidadão. O que é interessante numa situação tão despolitizada é a possibilidade de uma nova abordagem da política. Não podemos ficar presos às velhas categorias do pensamento político. Urge arriscar, propor categorias novas. Sendo assim, se no final se verificar uma mudança política, talvez ela será mais radical do que antes (AGAMBEN, 2014, p. 1).

Diante da despolitização, *métier* enraizado ao imperativo do poder econômico global, a cidadania⁷ se reduz ao voto como expressão fundamental da democracia representativa. Trata-se de uma terceirização do papel do cidadão que o isenta da participação nas tomadas de decisões do bem público e, conflagra o indiscernimento entre a *oikos* e *pólis*, comumente presentes nas eleições diante da compra de votos. Assim, para Agamben, trata-se de devolver à democracia, a política, a economia e, o direito ao uso comum, de profaná-las das esferas sacralizadas e transcendentais a que foram elevadas como estratégia de despolitização de indivíduos e sociedades no contexto de financeirização e espetacularização da vida e das relações humanas e sociais.

3 ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DA DEMOCRACIA LIBERAL EM SLAVOJ ŽIŽEK

Na filosofia política de Žižek a ideia de democracia está diretamente relacionada ao sistema capitalista. Arraigado ao discurso democrático está o pressuposto da liberdade⁸ utilizado como

⁷ “O que era no início um modo de vida, uma condição ativa essencial e irreduzível, tornou-se agora um estatuto jurídico exclusivamente passivo, no qual a ação e a inação, o privado e o público, são progressivamente obscurecidos e se tornam indistinguíveis. Este processo de despolitização da cidadania é tão evidente [...]” (AGAMBEN, 2014, p. 1).

⁸ Nesse horizonte, Žižek resgata Lenin como máxima interpretativa. A democracia liberal conceitualmente prima pela liberdade de pensamento, destarte, a prática é antagônica. Nos caminhos do filósofo esloveno: “Fidelidade ao consenso democrático significa a aceitação do atual consenso liberal-parlamentar, que impede qualquer questionamento sério da forma como essa ordem democrático-liberal é cúmplice nos fenômenos que ela oficialmente condena, e, é claro,

mecanismo dos governos ocidentais que atendem aos interesses do capital vinculado as elites financeiras globais. Diante dessas constatações, Žižek se fundamenta na tradição marxista para desnudar o que se concebe como democracia na contemporaneidade, “é preciso ter em mente que todos os mecanismos democráticos são parte de um aparelho de estado burguês previsto para garantir, sem perturbações, o funcionamento da produção capitalista” (ŽIŽEK, 2011. p. 1).

Perante as relações políticas, econômicas, sociais e jurídicas, a democracia como forma de governo é cotidianamente enaltecida pelos agentes de plantão que compõem o Estado, os partidos políticos e, lideranças institucionais como o melhor, ou única forma de governo possível. Por mais que a definição de democracia não seja clara, a utilização da palavra em discursos soa como regra de legitimação para uma ordem inquestionável a ser seguida. Ao observar a etimologia da palavra, é possível apontar para um governo do povo, ou mesmo um governo que represente os interesses sociais, ou como reverberação de demandas socialmente constituídas.

À luz do filósofo esloveno, a ideia de democracia aparece como uma ilusão pela falta de consistência entre discurso e prática, implicada em assegurar voz popular ao mesmo tempo em que exclui qualquer possibilidade de sua efetivação. Indivíduos e sociedades são livres para expressões de ideias, de análises e questionamentos em torno dos arranjos sociais. Porém, não há garantias nas efetivações. Tais atos podem ser considerados antidemocráticos. O sistema conformado pela elite política é ao que parece programado apenas para reconhecer conjunturas populacionais que não coloquem em riscos a ordem global do sistema capitalista. Para Žižek “Somos livres, desde que façamos as escolhas certas”. Consiste em manter uma lógica de vida imposta pelas elites econômicas e políticas para manutenção da soberania do capital. Isso implica em aderir plenamente a proposta da ininterrupta produção e consumo, evitando questionar o sistema, aquietando-se perante a indiscernibilidade entre necessidades públicas e interesses privados.

O diagnóstico de tal condição se apresenta a partir das decisões dos governos envoltos com a crise econômica de 2008 que injetaram cifras milionárias de recursos públicos em setores privados da economia, utilizando a prerrogativa de salvar a humanidade do colapso que estava por vir e, por consequência, garantir a ordem democrática. Ao analisar acuradamente tal decisão, denota-se que

qualquer tentativa séria de imaginar uma ordem sociopolítica *diferente*. Em suma, significa: diga e escreva o que quiser – desde que não se questione ou perturbe, na prática, o consenso político dominante. Tudo é permitido, até mesmo solicitado, como tema crítico: a perspectiva de uma catástrofe ecológica global, as violações dos direitos humanos, o sexismo, a homofobia, o antifeminismo, a violência crescente, não apenas em países distantes, mas também em nossas megalópoles; a distância entre o Primeiro e o Terceiro Mundos, entre ricos e pobres; o impacto devastador da digitalização de nossa vida cotidiana... hoje, não há nada mais fácil do que conseguir financiamentos internacionais, estatais ou empresariais para um determinado projeto de pesquisa multidisciplinar sobre como lutar contra novas formas de violência étnica, religiosa ou sexista. O problema é que tudo isso ocorre contra o pano de fundo de um *Denkverbot* fundamental: a proibição de pensar” (ŽIŽEK, 2005, p 173 – 174).

os recursos públicos alocados à iniciativa privada se vinculavam a salvação do capitalismo em detrimento das demandas sociais de povos e países.

Certamente, a liberdade de que dispomos só é formal – mas esse, entretanto, é o único âmbito em que a liberdade pode existir. No momento em que se abole a democracia formal, não se obtém a verdadeira democracia. Em vez disso, perde-se a democracia enquanto tal. O único espaço de liberdade que temos encontra-se no campo intermediário entre a democracia formal e as formas efetivas da nossa não liberdade... Devemos começar a pensar na política para além das definições restritas próprias do Estado multipartidário. Quero dizer o seguinte: eu odeio o 1968. Muita liberdade, muito divertimento. Mas ao menos uma coisa eles entenderam: o pessoal é político e todas essas coisas. Não são coisas que devem ser sobrevalorizadas, que fique claro, mas naturalmente são justas: a opressão das mulheres, as estruturas familiares, o que acontece nas fábricas... nesses âmbitos também são postas questões de liberdade, de política. E aqui, a meu ver, se insere o problema mais sério: não se deveria acabar com a democracia formal. Mas, ao mesmo tempo, como incluir esses âmbitos no processo político? (ŽIŽEK, 2012, p. 1).

Diante das reflexões do filósofo esloveno, é possível constatar a necessidade de pensar a democracia a partir de uma política relacionada ao universalismo político. Ou, dito de outra maneira, as estruturas políticas representativas atuais estão entrelaçadas com mecanismos institucionais, entre eles os partidos políticos que em certa medida estão comprometidos com a cosmovisão da economia financeirizada. Esta vinculação limita a capacidade da ação política que se sobreponha aos imperativos normativos financeirizados. Neste contexto, Žižek argumenta que é preciso arriscar o impossível, a política deve ser pensada de acordo com suas potencialidades de abrangência e vínculo com os interesses comuns da sociedade.

Durante o crash financeiro de 2008, foi destruída mais propriedade privada, ganha com dificuldades, do que se todos nós aqui estivéssemos a destruí-la dia e noite durante semanas. Dizem que somos sonhadores, mas os verdadeiros sonhadores são aqueles que pensam que as coisas podem continuar indefinidamente da mesma forma. Não somos sonhadores. Somos o despertar de um sonho que está se transformando num pesadelo. Não estamos destruindo coisa alguma. Estamos apenas testemunhando como o sistema está se autodestruindo. Todos conhecemos a cena clássica do desenho animado: o coiote chega à beira do precipício, e continua a andar, ignorando o fato de que não há nada por baixo dele. Somente quando olha para baixo e toma consciência de que não há nada, cai. É isto que estamos fazendo aqui. Estamos a dizer aos rapazes de Wall Street: “hey, olhem para baixo!” (ŽIŽEK, 2011, p. 1).

A percepção contemporânea de democracia é a que empodera o humano na condição de exercício da liberdade de consumo. Assim, as ruas se enchem de manifestações a fim de reivindicarem demandas de interesses sociais, mas, também para o fenômeno da conclamação que expressa à vontade subjetiva. Em Žižek, os sentidos das exigências populares se apresentarão

adequadas quando efetivamente demonstrarem claramente o que pretendem. Para isso, a população precisa compreender que suas demandas refletem modificações das estruturas políticas, econômicas, sociais e jurídicas. Carnavais e festas típicas duram pouco tempo, seus sentidos podem ser medidos no que restarem nos dias seguintes. As manifestações nesse âmbito não devem apenas marcar a história como fatos isolados ou serem lembradas como tempo em que as pessoas lutavam por paixões, e sim, como marco civilizatório capaz de reger um novo período dialético vinculado ao bem comum⁹.

Para Žižek é necessária uma fratura entre a democracia ilusória de participação e representatividade que o capitalismo conduz. “Badiou acertou ao dizer que o nome do pior inimigo, hoje, não é “capitalismo”, “império”, “exploração” ou coisas do tipo, mas, sim “democracia” (ŽIŽEK, 2011, p. 1). O discurso democrático se apresenta como mote ideológico para desconstruir manifestações antinômicas que demonstram riscos ao regime de acumulação do capital financeirizado. Indagações são permitidas, mas o discurso da vontade da maioria prevalece sob o argumento de que os grupos que se manifestam contrários são pequenos, subversivos e antidemocráticos e, ilegítimos para representarem a diversidade social. O Estado é administrado por agentes eleitos sob a tutela da técnica democrática garantindo a propriedade privada, intelectual, produtiva na forma de monopólios, contudo, prevalece à visão de Marx, o Estado é burguês¹⁰.

A democracia na sociedade contemporânea é uma farsa, afirmada na ilusão de que fazemos escolhas em conjunto a respeito de como melhor nos governamos, uma ilusão que funciona para obscurecer o fato de que votamos em diferentes indivíduos para exercer o poder num aparato de Estado que ainda é dedicado à eficiente administração da econômica capitalista (PARKER, 2005, p 148).

Para Žižek, não basta uma reforma na técnica democrática alegando mais participação popular. Do mesmo modo, mecanismos de transparência orçamentária são insuficientes para

⁹ “Um dos grandes perigos que enfrentam os manifestantes é o de se apaixonar por si mesmos, pelo momento agradável que estão tendo nos lugares “ocupados” [...]. Os manifestantes deveriam se apaixonar pelo trabalho duro e paciente – eles são o começo, não o fim, então sua mensagem básica é: o tabu foi rompido, não vivemos no melhor mundo possível, temos a permissão, a obrigação até, de pensar em alternativas” (ŽIŽEK, 2012, p.15 – 16).

¹⁰ O levantamento da concentração de renda no mundo divulgado em janeiro de 2017 pela Organização Não Governamental – ONG, OXFAM demonstra os resultados produzidos pela economia capitalista. A vertente econômica atual é marcada pela atuação mínima do Estado nas relações de produção com a prerrogativa de preservar a competitividade e saúde econômica dos países, gerando emprego e renda. A lógica enaltecida pelos detentores dos meios de produção alega que a interferência regulatória ocasiona desproporcionalidades, ou vantagens indevidas a determinados setores, o que implica na quebra de outros. Assim, a esfera pública deve antever à propriedade privada para que não seja saqueada, regulada ou taxada sob o risco de colapsar o país. A realidade é que as elites se utilizam do jogo democrático como garantia da renda e felicidade da massa, o que de fato abona a concentração de riqueza e as estruturas da economia. “Os oito homens mais ricos do mundo possuem tanta riqueza quanto as 3,6 bilhões de pessoas que compõem a metade mais pobre do planeta. [...] E ainda vale a afirmação, segundo a organização, de que a riqueza acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial equivale à riqueza dos 99% restantes” (BBC, 2017, p. 1).

afirmar a democracia. É inexpressivo insistir na fantasia da representatividade popular quando as decisões emanam de esferas de poder globalmente estabelecidas e que por extensão se fundam localmente a partir de grupos que operam o poder. A reforma sempre mantém o núcleo básico de uma estrutura. Assim, o discurso de humanizar o capitalismo com inclusão democrática apenas fortalecerá a falácia de uma sociedade livre. Todas e quaisquer emendas, ou reformas que se façam no âmbito da democracia, ou da economia, manterão a armação do presente. Em Žižek, ainda é possível aproximar o Estado como aparato da burguesia, porém, os membros que compõem os governos alegam legitimidade democrática, não transparecendo seu real conteúdo.

A democracia representativa não se vincula aos interesses da maior parte dos cidadãos de um país, seja a partir do ideal de justiça, de igualdade nas disputas políticas, econômicas, jurídicas e sociais. O caso brasileiro é expressão máxima para compreensão dos argumentos expostos. A partir do ano de 1995, os governos eleitos se esforçaram na consolidação do Estado de bem estar social. Ao mesmo passo, preservaram os interesses dos rentistas, industriais, banqueiros, latifundiários, fisiologistas, militares e pensionistas, dependentes do orçamento público. Garantidos os interesses e privilégios da elite financeira abriram-se espaços para ações governamentais que permitiram a queda da extrema pobreza, descentralização de renda e geração de empregos formais¹¹. Nota-se que a forma adotada garantiu inserção no modelo de produção e consumo aos setores mais pobres da sociedade, beneficiando diretamente os setores de produção e serviços.

Por maiores que sejam as benfeitorias proporcionadas a população carente brasileira nos últimos anos, nada garante a constância das políticas governamentais. No ano de 2014, o país foi atingido pela crise econômica mundial desencadeada no ano de 2008 com o estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos da América – E.U.A. Naquele contexto e mesmo atualmente não se modificaram as políticas de pagamento da dívida pública. Ou seja, a recessão foi suficiente para justificar apenas cortes de investimento na esfera social. Essas medidas alegadas sob a égide das

¹¹ “O Brasil conseguiu praticamente eliminar a pobreza extrema e fez isso mais rápido que seus vizinhos. A afirmação é do Banco Mundial, que em seu último relatório ressalta que o número de brasileiros vivendo com menos de 2,5 dólares (cerca de 7,5 reais) por dia caiu de 10% para 4% entre 2001 e 2013. O estudo “Prosperidade Compartilhada e Erradicação da Pobreza na América Latina e Caribe” acrescenta que a renda de 60% dos brasileiros aumentou entre 1990 e 2009 e que o Brasil é um dos exemplos mais brilhantes de redução de pobreza na última década. “Ao todo 25 milhões de pessoas deixaram de viver na pobreza (extrema ou moderada), isso representa uma em cada duas pessoas que saíram da miséria na América Latina e no Caribe entre 1990 e 2009. Os autores explicam que, até 1999, os índices de pobreza extrema no Brasil e no restante da região eram semelhantes e rondavam os 26%. Foi em 2012 que a instituição começou a observar uma maior redução em território brasileiro: 9,6% ante 12% do restante do continente. A instituição explica as causas dos bons resultados, em um momento em que um Brasil estagnado batalha para não entrar em recessão. A primeira é o crescimento econômico a partir de 2001, iniciado durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, “bastante mais estável que o registrado durante as duas décadas anteriores”. Em segundo lugar são elogiadas as políticas públicas que têm como objetivo a erradicação da pobreza, como o Bolsa Família, que oferece uma modesta renda mensal em troca da escolarização dos filhos, ou o Brasil sem Miséria, pensado para os mais pobres. Em último lugar se destaca o mercado de trabalho nacional, cujas taxas de emprego formal aumentaram 60% e a evolução do salário mínimo, hoje de cerca de 260 dólares (788 reais)” (ELPAÍS, 2015, p.1).

urgências econômicas fomentam a exceção das cláusulas pétreas constitucionais. Sob o manto da democracia, o último mandato de Dilma Rousseff e o primeiro de Michel Temer minaram as necessidades da população frente à assinatura de Medidas Provisórias - MP que desconhecem os debates no congresso em longo prazo¹².

Não deveríamos ter medo de chegar à mesma conclusão a respeito da própria democracia, de procurar o carrinho de mão que é roubado do povo quando esse é bombardeado por afirmativas de que “ainda assim tudo é melhor numa democracia”... Aqui, a primeira coisa que devemos observar é que a certeza de que a democracia é “não essencial”, que ela torna o destino de um país dependente dos caprichos de uma minoria que pode influenciar a votação, e a convicção correspondente de um agente político de que a sua missão se fundamenta na visão do verdadeiro estado de coisas etc., não são “naturalizações” falsas que negam e, portanto, constituindo uma ameaça potencial à democracia; elas são antes o resultado e o ingrediente de uma visão privilegiada que rejeita as regras democráticas do jogo que só é possível dentro do espaço democrático – é o *conteúdo* que necessariamente completa a *forma* democrática, o “estofo” do procedimento democrático (ŽIŽEK, 2008, p. 293).

Assim se apresenta o discurso da democracia, por maiores que sejam as dificuldades encontradas no gerenciamento do Estado, os governantes alegam que existem sistemas mais perversos no que concerne a liberdade humana. Na democracia contemporânea por menor que seja a participação, há efetivação de uma seguridade formal, sobretudo, no caso brasileiro quando os indivíduos exercem a cidadania nas eleições e de modo direto, expressam vontades, ou mesmo reivindicações de demandas, como são os casos de combate à corrupção, maximização do crédito, melhores condições da saúde e educação. Porém, o paradoxo desta condição é que provavelmente não serão atendidos.

A legitimidade do político eleito por sufrágio universal carrega a iminência de escolher o que é bom ou ruim para a população nas esferas políticas, econômicas, sociais. Na dinâmica política atual, há indicativos de servidão em função da manutenção dos contratos com o capital financeiro e, por extensão à segurança em relação à plena produção e consumo, necessários ao regime de

¹² A execução de maior impacto na vida dos brasileiros se dá pela diminuição do Estado com a MP 241/16 que estabelece um teto de gastos para o governo federal e maximiza o déficit das contas públicas para R\$ 170,5 bilhões. “Com isso, o governo vem sinalizando que pretende promover um ajuste nas contas públicas com foco nas despesas primárias, principalmente as vinculadas a receitas. Em diversas declarações à imprensa, o atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem afirmado que o problema da despesa pública é estrutural, em razão, principalmente, das despesas obrigatórias definidas na Constituição Federal (CF) e que, portanto, para controlá-las seria necessário reformar a CF/88. [...] Desta forma, no ajuste que está sendo conduzido, as despesas financeiras - pagamento de juros e amortização da dívida pública - que consomem aproximadamente 45% do orçamento geral da União, são desconsideradas pela nova equipe econômica” (DIEESE, 2016, p. 3).

acumulação. O diagnóstico zizekiano permite compreender que a democracia representativa é apenas formal. “Ou, posto em termos da Vontade Popular: a democracia representativa em sua própria noção envolve um apassivamento da Vontade Popular, sua transformação em não voluntariedade – a voluntariedade é transferida para o agente que representa o povo e que exerce a vontade em seu lugar” (ŽIŽEK, 2009, p. 51).

[...] como Mario Monti colocou: “Aqueles que governam não devem se ater aos parlamentares”. Qual é, então, essa força mais alta cuja autoridade pode suspender as decisões dos representantes democraticamente eleitos pelo povo? A resposta foi dada já em 1998 por Hans Tietmeyer, então presidente do *Deutsches Bundesbank*, quando elogiou os governos nacionais por preferirem “o plebiscito permanente de mercados globais” ao “plebiscito das urnas”. Note a retórica desta declaração obscena: os mercados globais são mais democráticos que as eleições parlamentares pois neles o processo de votação é permanente (e está permanentemente refletido nas flutuações do mercado) e se realiza em nível global, não apenas a cada quatro anos e dentro dos limites de um estado-nação. A ideia por trás disso é de que, desprovidas desse controle mais alto dos mercados (e de seus *experts*), as decisões parlamentares-democráticas são “irresponsáveis”. A democracia é, portanto, a democracia dos mercados, o plebiscito permanente das flutuações do mercado (ŽIŽEK, 2014, p. 1).

Žižek problematiza a democracia representativa ao trazer à tona a função que desempenha. Os eleitos são peças centrais para garantia da égide econômica global, as quais se sobrepõem à política das populações e dos países. As deliberações do capital são decididas por grupos sem o menor debate público e comprometimento com os interesses comuns. Frente a essa democracia dos mercados liberais, compete à política medidas que não interfiram na lógica do capital financeirizado. Ou melhor, é regra indispensável frear modalidades, ou tratativas que questionem e regulem o capital. A ação política, sob tais categorias, restringe-se a pequenas demandas de interesses sociais, desde que os ganhos financeiros da elite mundial estejam garantidos. Ou, dito de outro modo, a política deve ater-se às medidas de segurança, de saúde, gastos sociais em restritas modalidades precarizadas que permitem ao sujeito a sensação de intervenção e cuidado do Estado.

A democracia liberal dos mercados se apresenta paradoxalmente, como única possibilidade real de livre escolha. Aos democratas liberais, o destino traçado pelas lutas entre capital e trabalho são falácias que inibem a formação do sujeito ativo. Todo cidadão é livre para criar, empreender e escolher o futuro que desejar e, portanto, responsável pelas conquistas e fracassos. Como se pode constatar no diagnóstico advindo da filosofia política de Žižek, a democracia liberal se apresenta como técnica justificada de governos que assumem o controle do Estado e, conseqüentemente, o controle dos indivíduos a partir de demandas do liberalismo econômico. Sob o contexto da

legitimidade do poder, argumenta que todas e quaisquer outras formas divergentes da democracia comprometem a liberdade. Assim, Žižek se apresenta cético em relação às possibilidades da democracia liberal.

Com a livre escolha elevada, em nossa sociedade, a um valor supremo, o controle e a dominação social não podem aparecer como infringências à liberdade dos sujeitos – eles têm de aparecer na forma da própria auto-experiência dos indivíduos como livres. Há várias maneiras pelas quais essa falta de liberdade aparece disfarçada de seu oposto: quando somos privados de planos de saúde universais, nos dizem que na verdade fomos dotados de uma nova liberdade de escolha (a de escolher nosso fornecedor de plano de saúde); quando não podemos mais depender de um emprego formal de longo-prazo e somos obrigados a buscar uma nova forma de trabalho precário a cada um ou dois anos, nos dizem que fomos concedidos a oportunidade de nos re-inventar e de descobrir novos e inesperados potenciais criativos que se encontravam escondidos em nossa personalidade; quando somos obrigados a pagar pela educação de nossas crianças, nos dizem que agora nos tornamos “empreendedores do *self*”, agindo como capitalistas que têm de escolher livremente como investir os recursos que possuem (ou que pegaram emprestado) – em educação, cultura, turismo... (ŽIŽEK, 2014, p.1).

A democracia liberal é persuasiva ao alegar a livre escolha¹³. Por trás dos governos eleitos demonstram controle típico de regimes ditatoriais, senão totalitários. A partir de 2013 veio à tona inúmeros exemplos de espionagem sobre governos e indivíduos, protagonizados pelos EUA¹⁴, a medida contrapõem a liberdade e constitui um Estado de controle e exceção que alimenta bancos

¹³ “não estou dizendo que a democracia liberal seja algo ruim. Claro que eu prefiro isso a uma ditadura aberta. Mas a democracia liberal tem as suas limitações. Em primeiro lugar, seus mecanismos tradicionais não são fortes o suficiente para controlar problemas ecológicos e econômicos. Em segundo, veja o que as revelações recentes sobre espionagem nos dizem. É fácil ver o jeito como somos oprimidos e controlados em um Estado abertamente autoritário, como a Rússia ou a China. Se alguém diz “na China, nossa liberdade é limitada”, meu Deus, você está falando o óbvio! Mas o fato é que, na democracia liberal, também somos muito controlados e oprimidos, embora a maioria das pessoas tenha a sensação de que suas vidas são livres. Isso não quer dizer que todo controle seja igual. Claro que, nesse sentido, prefiro os EUA à China. O que teria acontecido com Bradley Manning [soldado do Exército americano condenado por vazamento de documentos ao Wikileaks] se ele fosse chinês ou russo? Na China, teriam prendido até a sua família” (ŽIŽEK, 2013, p. 1).

¹⁴ Segundo informações divulgadas pelo Wikileaks em 2013, a *National Security Agency – NSA* possui dados monitorados do governo brasileiro no ano de 2011. A condição se estende a outras nações e de algum modo permitiam vantagens aos americanos principalmente porque envolvem a espionagem de pessoas ligadas aos setores econômicos. “Recentemente, o WikiLeaks publicou uma lista de 69 nomes que seriam alvo da NSA na Alemanha, incluídos ministros e representantes para comércio, finanças e agricultura, além do assistente pessoal da chanceler Angela Merkel. Também foram publicados dois resumos de conversas interceptadas em 2011. Em uma delas, Merkel discute com seu assistente a crise grega. No fim de junho, o WikiLeaks revelou que os EUA espionaram o presidente francês, François Hollande, e dois ex-presidentes, Jacques Chirac e Nicolas Sarkozy, além de ministros das Finanças e empresários. [...] Diferentemente dos vazamentos europeus, os dados sobre o Brasil não contêm mensagens interceptadas, apenas enumera os alvos preferenciais dos EUA. [...] A presidenta não era deixada em paz pelos ouvidos atentos da NSA nem mesmo quando estava em viagem. O telefone via satélite instalado no avião presidencial, o Airbus Força Aérea 1 também estava na mira. [...] Assim como no caso de Alemanha e França, o novo vazamento do WikiLeaks é eloquente ao mostrar que o governo dos EUA tinha como alvos preferenciais negociadores da política econômica e, principalmente, financeira. Nelson Barbosa, hoje ministro do Planejamento, foi espionado quando era secretário-executivo do ministério da Fazenda” (VIANA, ASSANGE, 2014, p. 1).

de dados para confrontações futuras que se julguem de interesse do poder soberano. Em jogo é as violências estatais do poder soberano que permitem banir indivíduos da participação política, econômica e social institucionalizada. Neste contexto é preciso questionar: como ser livre em espaços públicos lastreados por câmeras de vigilância?

A partir desta profusão discursiva, adotada pelos governos “democráticos”, a ideia de liberdade se apresenta como no filme: “O inimigo do Estado” (1999). Protagonizado por Will Smith, em que o ator encena a vida de Robert Clayton Dean, jovem advogado. A película cinematográfica aborda os mecanismos de vigilância adotados pelos EUA para controle social, e se desenrola frente à morte do congressista Phillip Hammersley que se posicionava contrário a uma lei de segurança que permitia a invasão de privacidade pelo governo. A morte foi encomendada por um agente governamental que inesperadamente teve seus executores filmados por um dispositivo do parque onde ocorreu o homicídio. O detalhe é que a fita é depositada na custódia de Robert, o qual instantaneamente tem a vida invadida por dispositivos tecnológicos que circunscrevem suas relações sociais e, econômicas, expondo seu espaço privado para visualização pública.

O exemplo cinematográfico é clarividente ao demonstrar que a vontade do sujeito é irrelevante. Teoricamente o advogado está tutelado pela democracia e pela segurança de direitos de privacidade e liberdade. Nesse caso, a democracia liberal que em tese promete inibir a ação do poder soberano é a mesma imposta sob a outorga dos interesses estatais para escancarar a individualidade sob a insinuação de suspeita¹⁵. Os sistemas de controle se justificam a partir de argumentos de prevenção das violências que eclodem socialmente e individualmente. Os sujeitos são violentados pelo Estado ao ter seus códigos armazenados em banco de dados policiais, na

¹⁵ Essa circunstância pode ser exemplificada com o vazamento de interceptações telefônicas entre o ex-presidente Lula e a ex-presidente Dilma Roussef (2016). Sob o argumento de interesse coletivo, o juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF- 4, Sergio Moro, escancarou o diálogo que de maneira prática fere a constituição ao desconsiderar o foro privilegiado de Dilma, sobretudo, porque é magistrado de 1ª instância. A questão é uma medida de Estado de exceção. No fundo está em jogo a invasão da privacidade a qual todos estão sujeitados. “O argumento da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), em apoio ao juiz Sérgio Moro, de que o conteúdo de interceptação telefônica só deve ser mantido em “sigilo absoluto” quando “revelar conteúdo pessoal íntimo dos investigados” não tem “força”. A opinião é do advogado e jurista Pedro Serrano. [...] A nota da Ajufe afirma que “o artigo 5º, inciso LX da Constituição estabelece como princípio a publicidade dos atos processuais” e determina que “a prova resultante de interceptação telefônica só deve ser mantida em sigilo absoluto quando revelar conteúdo pessoal íntimo dos investigados”, o que daria contorno legal ao ato de Moro. Serrano discorda. “São públicos os atos processuais em geral, obviamente. Mas não os atos que impliquem ingresso na intimidade das pessoas”, avalia. “O que se qualifica como intimidade? Uma conversa entre duas pessoas. A conversa entre Dilma e Lula era íntima. Não se pode alegar que não era. Então não se enquadra nessa hipótese do artigo constitucional citado. O direito à intimidade precede o dever de publicidade. O direito à intimidade é uma exceção à regra geral da publicidade”, diz o advogado. “Mas isso é minha interpretação, pode haver interpretações diferentes, que eu respeito.” [...] “Uma vez que o juiz constatou que o presidente da República estava no grampo, acho que ele, juiz de primeiro grau, perdeu a competência, ou seja, o poder de decidir sobre qualquer coisa nessa questão. Passa a ser competência do Supremo Tribunal Federal, já que envolve presidente da República”, diz Serrano. “Quem tem de decidir se divulga ou não é o STF, já que estava envolvida autoridade federal” (MARETTI, 2016, p. 1).

medida em que apresentam possíveis riscos à ordem estatal e do capital financeirizado. Assim, o poder soberano legitima o Estado de exceção sob os auspícios da democracia representativa.

Ainda nesta perspectiva, constata-se que o conceito de liberdade foi incorporado pelos mercados. A livre concorrência proporciona aos sujeitos uma miríade de produtos a serem escolhidos. A democracia liberal de mercado utiliza a mesma lógica da segurança para controlar seus clientes, criar necessidades e, sutilmente oferecer-lhes produtos e serviços. Ou seja, as informações de contas de e-mail, redes sociais, fóruns de discussões e sites de *e-commerce*, que em suma deveriam ser privadas, são comercializadas sob o argumento da democratização do acesso à informação beneficiando os consumidores com mais opções de produtos e serviços¹⁶. A democracia liberal capturou o espaço privativo e transformou o sujeito em nicho de mercado a ser conquistado e gerido pelas empresas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar a trajetória das democracias ocidentais constata-se que as relações políticas, econômicas, sociais e jurídicas se constituem a partir de tensões e fraturas de modos de vida que tornam as sociedades dinâmicas. O convívio social admite a indivíduos, grupos, ou corporações interagirem em torno das disputas pelo poder das instituições sociais. Poder é sinônimo de relações de poder, de controle, vigilância e disciplina. É com o monopólio das instituições que setores sociais ditam o modo de vida através da socialização, das violências simbólicas e físicas. Atualmente o poder soberano que aprisiona os Estados-nações se concentra nas mãos de grupos e corporações econômicas que gerem as vidas de milhões de seres humanos e as unem em uma massa de consumidores e produtores, impondo pelas propagandas um imaginário de felicidade e de plenas possibilidades.

Arraijada a essa condição se encontra a ideia contemporânea de democracia. O simples anúncio do termo democracia soa como sinônimo de legitimidade para os grupos detentores do poder deliberar sobre as necessidades dos povos. Assim, a democracia remete a uma técnica de governo que assegura a lógica da financeirização econômica e se desvincula totalmente da condição clássica que a gestou. Se democracia necessariamente implica em governos comprometidos com

¹⁶ "Daniel Pardo, da BBC Mundo, explica que a cada vez que um usuário "curte", comenta, busca informações ou publica fotos ou comentários, sua ação é informada aos anunciantes. Estes, por sua vez, traçam um perfil do usuário e enviam anúncios dirigidos. Segundo o jornalista especializado em tecnologia, Aleks Krotoski, "os usuários são a matéria-prima". Os 800 milhões de usuários do Facebook não seriam clientes, e sim produtos. E são justamente as informações sobre os usuários, antes restritas aos donos dos perfis e seus amigos, que estarão sendo ofertadas na Bolsa. [...] Não existem, no entanto, estudos que mostrem quanto vale um usuário do Facebook, segundo explica Jim Brigden, presidente da consultora em internet I Spy. "Os preços dos anúncios são fáceis de estimar, pois se sabe quantas pessoas viram ou quantos compraram um produto. Mas o valor de um usuário é muito mais subjetivo e variável, o que faz seu valor difícil de estimar" (BBCBRASIL, 2012, p.1).

interesses comuns e envolvimento com a coisa pública, os fazeres dos Estados hodiernos se dão pelas avessas. Ao apontar o Estado como uma instituição se constata que grupos econômicos utilizam sua estrutura para manutenção de um arquétipo de mercado e, por extensão para manutenção da lógica de acumulação do capital.

Sob o fetichismo da mercadoria, a sociedade dos indivíduos produzida pelas revoluções industrial e burguesa foi incorporada na perspectiva da massificação social, que age sob o mote da produtividade e do consumo. Nessa direção, a democracia na contemporaneidade se transformou na técnica de poder que permite o clique de perpetuação da soberania de grupos e corporações na condução do governo do mundo.

É sob o imperativo da democracia representativa, fundada nas instituições constitutivas do Estado que o capital opera. Ou seja, difunde-se o discurso de comprometimento social, difundido no imaginário popular de participação nos pleitos, os quais conferirão à política o cuidado com o espaço público. É frente às eleições diretas que se assumem as situações de legitimidade dos governos eleitos pelo sufrágio universal, e é essa a condição para que o poder soberano imponha e assegure os contratos demandados pela lógica de mercado. Neste contexto, as políticas governamentais se exibem como expressão do exercício do poder soberano sobre indivíduos e populações concebidos como recursos à serem potencializados na lógica produtiva e de consumo, bem como controladas, vigiadas em relação aos possíveis riscos que podem representar à ordem constituída. Essa lógica se apresenta nas reformas previdenciárias e trabalhistas impostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer no Brasil. Alegando ser uma necessidade das futuras gerações, impôs um conjunto de medidas que impactam no formato social das relações de produção e na carreira produtiva dos brasileiros em período de aposentadoria.

Assim, na perspectiva de Giorgio Agamben, atualmente, não há governo no mundo que atue pela legitimidade do bem comum. A fórmula que eleva a soberania do capital à condição transcendente e que pressupõem inquestionabilidade necessita ser falseada, colocada em jogo nos limites que a constitui, juntamente com a desestruturação da máquina antropológica que impõem a lógica da produção e do consumo como única realização possível aos habitantes da sociedade individualizada. Há que se repensar a concepção de democracia em curso na atualidade, como condição de possibilidade de abrir-se à democracia que vem. É preciso questionar uma vez mais a polissemia do termo democracia e sua função técnica que legitima o exercício do poder soberano.

Aos contemporâneos é urgente a profanação das métricas e instituições que impõem um modo de vida centrado no controle e na vigilância dos indivíduos. Tais perspectivas analíticas se apresentam em Agamben na dinâmica da política que vem, aquela que se vincula ao desafio de compreender profundamente o tempo presente em suas condições de possibilidades.

Slavoj Žižek contribui de forma significativa a compreensão da democracia na contemporaneidade. Trata-se de uma técnica de governo que assegura a lógica do capitalismo. Para o filósofo esloveno, é na tradição das propostas da esquerda política que se encontram as superações das condicionantes que permitem o controle econômico pela elite corporativa mundial. Como visto acima, o Estado e seus três poderes, bem como partidos políticos na condição de instituições constitutivas das democracias representativas atuam como agências de negócios que justificam o balcão de negócios e garantias exigidas pelos fundos especulativos em relação a lógica de concentração de capital. Desse modo, a esquerda política necessita repensar seu arco conceitual e compreensivo como condição de abertura de possibilidades propositivas de universalismo.

Giorgio Agamben e Slavoj Žižek são pensadores centrais no diagnóstico do tempo presente. Suas análises conceituais e teóricas se apresentam comprometidas com uma postura ética, estética e política, peculiares aos seres que desejam entender o tempo no qual se encontram inseridos. Nesse prisma, se apresenta significativa contribuição a partir das desmistificações das estruturas de poder que aprisionam a indivíduos e sociedade. Agamben e Žižek provocam o questionamento em torno de um tempo que vem e é esta condição que os situam na vanguarda intelectual do nosso tempo. A cosmovisão destes pensadores se apresentam como contribuição à potência do pensamento, condição *sine que non* para a ação comum na constituição de formas-de-vida qualificadas, politicamente comprometidas com o mundo humano, demasiadamente humano. E somente este compromisso político com mundo humano e em sua totalidade e pluralidade vital no tempo que resta que pode se contrapor as práticas da racionalidade instrumental, totalitárias que inevitavelmente conduz à barbárie.

5 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. – Belo Horizonte UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim : notas sobre a política**. Tradução Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2015. – (Filô/Agamben)

AGAMBEN, Giorgio. **Crise de legitimidade**. Tradução Moisés Sbardelotto. IHU – Unisinos. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/20/agamben-cri-se-de-legitimidade/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

AGAMBEN, Giorgio. **Como a obsessão por segurança muda a democracia**. Jornal Le Monde Diplomatique Brasil, 06 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

AGAMBEN, Giorgio. Note liminaire sur le concept de démocratie. In: **Démocratie dans quel état?** La Fabrique 2009. English translation Columbia University Press 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **Democracia e pós-ideologia se elidem**. Entrevista com Giorgio Agamben. IHU Online. São Leopoldo, 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/12818-democracia-e-pos-ideologia-se-elidem-entrevista-com-giorgio-agamben>>. Acesso em: 03 de nov. 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **A Democracia é um conceito ambíguo**. Blog da Boitempo, 04 jul. 2014. Tradução Selvino José Assmann. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/agamben-a-democracia-e-um-conceito-ambiguo/>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BBC. **Os 8 bilionários que têm juntos mais dinheiro que a metade mais pobre do mundo**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38635398>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BBCBRASIL. **Quanto valem suas informações no Facebook?** 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/02/120131_facebook_ipo_mdb.shtml>. Acesso em: 02 jan. 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIEESE. **PEC nº 241/2016: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos**. Nota técnica, n. 161, 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

JUNGES, Márcia. GALLAS, Luciano. Forma de vida e os dispositivos biopolíticos de exceção e governamentalização da vida humana. IHU – **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. N. 450, Ano XIV, 2014.

MARETTI, Eduardo. **O direito à intimidade precede o dever de publicidade**. Rede Brasil Atual. 2012. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/para-pedro-serrano-moro-nao-tem-competencia-para-2676.html>. Acesso em: 03 fev. 2017.

PARKER, Ian. A política – Repetindo Marx. In: ŽIŽEK, Slavoj *et al*; DUNKER, Christian. PRADO, José Luiz Aidar (Org). **Žižek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo**. São Paulo: Hacker, Editores, 2005.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **Autoritarismo e golpes na América Latina : breves ensaio sobre jurisdição e exceção**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

VIANA, Natália. ASSANGE, Julian. **EUA espionaram ministros de Dilma e o avião presidencial**. Carta Capital. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/857/os-avios-do-tio-sam-9756.html>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **Às portas da revolução: seleção dos escritos de Lenin de fevereiro a outubro de 1917**. Tradução dos textos de Slavoj Žižek, Luiz Bernardo Pericás e Fabrizio Rigout. Tradução dos textos de Lenin, Daniela Jinkings. São Paulo :Boitempo, 2005.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo :Boitempo, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes : Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. – São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David. **Ocuppy – movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Tradução João Alexandre Peschanski *et al.* São Paulo : Boitempo : Carta Maior, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. **O casamento entre democracia e capitalismo acabou**. (2011). Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Zizek-o-casamento-entre-democracia-e-capitalismo-acabou/6/17832>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **"Acredito na emancipação, mas não renuncio à democracia"**. Entrevista com Slavoj Žižek. Tradução Moisés Sbardelotto. IHU Online. São Leopoldo, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508095-acredito-na-emancipacao-mas-nao-renuncio-a-democracia-entrevista-com-slavoj-zizek>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **"Nosso inimigo é a ilusão democrática"**. (2011). Disponível em: <http://www.contextolivre.com.br/2011/10/slavoj-zizek-nosso-inimigo-e-ilusao.html>>. Acesso em 21 jan. 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **Democracia corrompida**. Revista Cult. São Paulo. Ano 12. N. 137. Jul. 2009.

ŽIŽEK, Slavoj. **Liberdade, democracia e TISA**. 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/14/zizek-liberdade-democracia-e-tisa/>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **"Eu não sou um daqueles esquerdistas loucos"**. Folha de São Paulo. 2013. Entrevista a Ricardo Miotto. Disponível em:<<http://www.ihu.unisinos.br/524211-qeu-nao-sou-um-daquelles-esquerdistas-loucosq>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

Title

The concept of democracy in Slavoj Žižek and Giorgio Agamben

Abstract

The article has as central theme the concept of democracy in the political philosophies of Slavoj Žižek and Giorgio Agamben. The diagnoses presented in this article were possible in the light of the research originated by the following problematic: What is the conception of democracy in the political philosophy of Slavoj Žižek and Giorgio Agamben? The general objective of the text is to identify the concept of democracy in the political philosophy of Slavoj Žižek and Giorgio Agamben. The results obtained in the researches were possible by the bibliographical reviews. The database is structured with the primary dynamics, having a qualitative, historical and philosophical approach, since it is a conceptual research, incompatible with numerical statements. As a philosophical current of research, the Dialectical Historical Materialism was used for the investigations on Žižek's thinking and Archeology and Genealogy for investigations of de Agamben's conceptual course. The research reveals a critical diagnosis about the notion of democracy in the contemporary world. Governments that call themselves democratic are illegitimate and unrelated to any practices of democracy simply because of the antinomy of the needs and longings of individuals and populations. Democracy is in this context conceived as a technique of government, as a discourse legitimizing illegitimate governments at the service of contractual guarantees required by the dynamics of the global financial economy.

Keywords

Economy. Politic. Philosophy. Sociology.

Recebido em: 28/07/2018.

Aceito em: 04/08/2018.